

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25 a 30 de abril de 2019

HOMENAGEM

A Câmara de Vila Velha aprovou indicação do presidente Ivan Carlini e vai homenagear o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Gama, com a comenda Vasco Coutinho no próximo dia 20.

E TEVE RECONCILIAÇÃO
O Centro Judiciário de Solução de
Conflitos e Cidadania da Serra alcan-

çou 97% de acordos em processos de mediação de família. Durante a ação, que aconteceu de segunda a sexta-feira da semana passada, no Fórum do município, foram atendidas 144 pessoas.

BOTÃO DO PÂNICO

EFICÁCIA COMPROMETIDA

MESMO APÓS SEIS ANOS

Integrar cidades e a PM ao sistema ainda é o maior desafio

▲ EDUARDO DIAS
▲ NATALIA BOURGUIGNON

O botão do pânico completou seis anos em Vitória. Considerado por especialistas como uma política pública importante, o sistema ainda esbarra em dificuldades. A eficácia do atendimento pode ser reduzida se o botão for acionado em outra cidade, por exemplo. Mesmo Na Capital a rapidez no socorro vai depender do local onde a vítima está.

Vitória é a única cidade do Estado que conta com o serviço para as mulheres que se sentem ameaçadas por ex-companheiros. No entanto, se uma moradora de Vitória estiver em Cariacica, por exemplo, e acionar o botão do pânico, corre o risco de não ser atendida. Isso porque a Guarda Municipal de Vitória não tem autonomia para atuar em outra cidade – mesmo que dentro da Região Metropolitana.

Como não há uma ligação direta do botão com o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes), a Polícia Militar só terá conhecimento da ocorrência após ser avisada pela Prefeitura de Vitória. Caso o botão seja acionado na Serra ou Vila Velha, a guarda de Vitória pode pedir auxílio à guarda da cidade onde aconteceu o pedido de socorro.

TEMPO

O secretário de cidadania e direitos humanos de Vitória, Bruno Toledo, reconhece que o tempo gasto na comunicação entre as forças de segurança pode atrasar o socorro à possível vítima.

“Se essa mulher está em outra cidade da região, a dificuldade é essa. A nossa



Mulher com botão do pânico, que é usado por vítimas de violência doméstica há seis anos em Vitória

guarda vai ter que acionar a outra guarda ou a Polícia Militar para se deslocar até onde essa mulher está. Isso vai fazer com que o tempo entre o acionamento e a chegada das forças policiais seja algo não tão rápido, quanto no caso de Vitória”, disse o secretário.

O botão do pânico é utilizado atualmente por 12 mulheres que estão sob medida protetiva na 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica de Vitória. Assim que é acionado, o dispositivo indica a localização exata da vítima.

Os dados são enviados à Central de Videomonitoramento da Guarda Municipal, que envia a Patrulha

12
MULHERES

É o número de vítimas que utilizam o botão do pânico atualmente.

Maria da Penha ao local. O aparelho também grava o áudio ambiente, que fica armazenado e pode ser usado, judicialmente, contra o agressor.

O local onde a possível vítima mora também pode ser um dificultador para o atendimento. O secretário explica que aquelas que moram em áreas de difícil acesso são orientadas a mudarem

de residência. Bruno Toledo argumenta que, em alguns casos, a Guarda Municipal não teria condições de entrar no bairro com rapidez, sem uma estratégia de acesso montada com antecedência ou o auxílio da PM.

“Se essa mulher está em um local geograficamente complexo isso não vai permitir que esse acesso seja feito em menos de cinco minutos e vai impactar na funcionalidade do botão do pânico”, explicou o secretário.

MEDO

Uma professora de Vitória, que pediu para não ter o seu nome divulgado, tem o botão do pânico. Ela começou a utilizar o serviço há

dois anos, depois de ser ameaçada por um ex-namorado. A vítima revelou que tem medo de encontrar o ex-companheiro, acionar o botão e não ser atendida.

“O risco maior é em Vitória, mas isso não impede que a gente se esbarre em Vila Velha, em Cariacica e na Serra, porque o mundo é pequeno. Se o sistema fosse para todas as cidades seria melhor”, disse a professora.

Segundo dados da prefeitura, foram registrados 28 acionamentos em 6 anos, sendo oito acidentalmente. A utilização do botão do pânico é determinada pela Justiça após análise de uma equipe multidisciplinar.

ANÁLISE

RAPIDEZ É NECESSÁRIA

▲ O botão do pânico é uma política pública que deu certo e que proporcionou mais segurança às mulheres que têm medidas protetivas de urgência em Vitória. Mas é necessário que ele seja ampliado a mais municípios do Estado. A eficácia do sistema vem do socorro imediato. A rapidez nesses casos é imprescindível. Uma pessoa pode acabar morrendo porque o socorro não foi ouvido ou porque as forças de segurança não chegaram a tempo. Falta o gestores se conscientizarem quanto à relevância dessa política pública. Mesmo que salve uma mulher. É uma vida.

HERMÍNIA

AZOURY
JUÍZA COORDENADORA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FAMILIAR DO TJES



FERNANDO MADEIRA - 09/07/2018

Botão do pânico faz 6 anos com muito para melhorar

PARA MULHERES Com falta de integração à polícia, vítima pode ter socorro comprometido se não estiver na Capital

Eduardo Dias
Natalia Bourguignon
O botão do pânico completou seis anos em Vitória. Considerado por especialistas como uma política pública importante, o sistema ainda esbarra em dificuldades. A eficácia do atendimento pode ser reduzida se o botão for acionado em outra cidade, por exemplo. Mesmo, em Vitória, a rapidez no socorro valde depender do local onde a vítima está.

A Capital é a única cidade do Estado que conta com o serviço para as mulheres que se sentem ameaçadas por ex-companheiros. No entanto, se uma moradora de Vitória estiver em Cariacica, por exemplo, e acionar o botão do pânico, corre o risco de não ser atendida. Isso porque a Guarda Municipal de Vitória não tem autonomia para atuar em outra cidade - mesmo que dentro da Região Metropolitana.

Como não há uma ligação direta do botão com o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes), a Polícia Militar só terá conhecimento da ocorrência após ser avisada pela Prefeitura de Vitória. Caso o botão seja acionado na Serra ou Vila Velha, a Guarda de Vitória pode pedir auxílio à guarda da cidade onde aconteceu o pedido de socorro.

TEMPO

O secretário de cidadania e direitos humanos de Vitória, Bruno Toledo, reconhece que o tempo gasto na comunicação entre as forças de segurança pode atrasar o socorro à possível vítima.

"Se essa mulher está em outra cidade da região, a dificuldade é essa. A nossa guarda vai ter que acionar a outra guarda ou a Polícia Militar para se deslocar até onde essa mulher está. Isso vai fazer com que o tempo entre o acionamento e a chegada das forças poli-



Mulher com o botão do pânico usado em caso de ameaça

+ INTEGRAÇÃO

"Se o sistema fosse para todas as cidades da Grande Vitória seria melhor"

X.

Professora que tem o aparelho

ciais seja algo não tão rápido, quanto no caso de Vitória", disse o secretário.

O botão do pânico é utilizado atualmente por 12 mulheres que estão sob medida protetiva na 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica de Vitória. Assim que é acionado, o dispositivo indica a localização exata da vítima.

Os dados são enviados à Central de Videomonitoramento da Guarda Municipal, que envia a Patrulha

Maria da Penha ao local. O aparelho também inicia grava o áudio ambiente, que fica armazenado e pode ser usado, judicialmente, contra o agressor.

O local onde a possível vítima mora também pode ser um dificultador para o atendimento. O secretário explica que aquelas que moram em áreas de difícil acesso são orientadas a mudarem de residência. Bruno Toledo argumenta que, em alguns casos, a Guarda Municipal não teria condições de entrar no bairro com rapidez, sem uma estratégia de acesso montada com antecedência ou o auxílio da PM.

"Se essa mulher está em um local geograficamente complexo isso não vai permitir que esse acesso seja feito em menos de cinco minutos e vai impactar na funcionalidade do botão do pânico", explicou o secretário.

MEDO

Uma professora de Vitória, que pediu para não ter o seu nome divulgado, tem o botão do pânico. Ela começou a utilizar o serviço há dois anos, depois de ser ameaçada por um ex-namorado. A vítima revelou que tem medo de encontrar o ex-companheiro, acionar o botão e não ser atendida.

"O risco maior é em Vitória, mas isso não impede que a gente se esbarre em Vila Velha, em Cariacica e na Serra, porque o mundo é pequeno. Se o sistema fosse para todas as cidades seria melhor", disse a professora.

Segundo dados da prefeitura, foram registrados 28 acionamentos em 6 anos, sendo oito acidentais. A utilização do botão do pânico é determinada pela Justiça após análise de uma equipe multidisciplinar.

+ ANÁLISE

Hermínia Azoury julza coordenadora de Enfrentamento à Violência Doméstica familiar do TJES

POLÍTICA DEU CERTO, MAS PRECISA SER AMPLIADA

O botão do pânico é uma política pública que deu certo e que proporcionou mais segurança às mulheres que têm medidas protetivas de urgência em Vitória. Mas é necessário que ele seja ampliado a mais municípios do Estado. A eficácia do sistema vem do socorro imediato. A rapidez nesses casos é imprescindível. Uma pessoa pode acabar morrendo porque o socorro não foi ouvido ou porque as forças de



segurança não chegaram a tempo. Falta os gestores se conscientizarem quanto a relevância dessa política pública. Mesmo que salve uma mulher. É uma vida.

Botam do Pânico completa seis anos em Vitória

TAG: BOTÃO DO PÂNICO, DISPOSITIVO,
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, VITÓRIA, **LEI
MARIA DA PENHA**, MEDIDA PROTETIVA,
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PODER JUDICIÁRIO,
AGRESSOR, VÍTIMA

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/04/26/RDIOBANDNEW
SFM901ES-06.03.27-06.13.08-1556293910.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/04/26/RDIOBANDNEW
SFM901ES-06.03.27-06.13.08-1556293910.mp3)**

Botão do pânico: eficácia comprometida mesmo após seis anos

O botão do pânico completou seis anos em Vitória. Considerado por especialistas como uma política pública importante, o sistema ainda esbarra em dificuldades. A eficácia do atendimento pode ser reduzida se o botão for acionado em outra cidade, por exemplo. Mesmo Na Capital a rapidez no socorro vai depender do local onde a vítima está.

Vitória é a única cidade do Estado que conta com o serviço para as mulheres que se sentem ameaçadas por ex-companheiros. No entanto, se uma moradora de Vitória estiver em Cariacica, por exemplo, e acionar o botão do pânico, corre o risco de não ser atendida. Isso porque a Guarda Municipal de Vitória não tem autonomia para atuar em outra cidade - mesmo que dentro da Região Metropolitana.

Como não há uma ligação direta do botão com o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes), a Polícia Militar só terá conhecimento da ocorrência após ser avisada pela Prefeitura de Vitória. Caso o botão seja acionado na Serra ou Vila Velha, a guarda de Vitória pode pedir auxílio à guarda da cidade onde aconteceu o pedido de socorro.

Tempo

O secretário de cidadania e direitos humanos de Vitória, Bruno Toledo, reconhece que o tempo gasto na comunicação entre as forças de segurança pode atrasar o socorro à possível vítima.

"Se essa mulher está em outra cidade da região, a dificuldade é essa. A nossa guarda vai ter que acionar a outra guarda ou a Polícia Militar para se deslocar até onde essa mulher está. Isso vai fazer com que o tempo entre o acionamento e a chegada das forças policiais seja algo não tão rápido, quanto no caso de Vitória", disse o secretário.

O botão do pânico é utilizado atualmente por 12 mulheres que estão sob medida protetiva na 1ª Vara Especializada em **Violência Doméstica** de Vitória. Assim que é acionado, o dispositivo indica a localização exata da vítima.

Os dados são enviados à Central de Videomonitoramento da Guarda Municipal, que envia a Patrulha Maria da Penha ao local. O aparelho também grava o áudio ambiente, que fica armazenado e pode

ser usado, judicialmente, contra o agressor.

O local onde a possível vítima mora também pode ser um dificultador para o atendimento. O secretário explica que aquelas que moram em áreas de difícil acesso são orientadas a mudarem de residência. Bruno Toledo argumenta que, em alguns casos, a Guarda Municipal não teria condições de entrar no bairro com rapidez, sem uma estratégia de acesso montada com antecedência ou o auxílio da PM.

"Se essa mulher está em um local geograficamente complexo isso não vai permitir que esse acesso seja feito em menos de cinco minutos e vai impactar na funcionalidade do botão do pânico", explicou o secretário.

Medo

Uma professora de Vitória, que pediu para não ter o seu nome divulgado, têm o botão do pânico. Ela começou a utilizar o serviço há dois anos, depois de ser ameaçada por um ex-namorado. A vítima revelou que tem medo de encontrar o ex-companheiro, acionar o botão e não ser atendida.

"O risco maior é em Vitória, mas isso não impede que a gente se esbarre em Vila Velha, em Cariacica e na Serra, porque o mundo é pequeno. Se o sistema fosse para todas as cidades seria melhor", disse a professora.

Segundo dados da prefeitura, foram registrados 28 acionamentos em 6 anos, sendo oito acidentalmente. A utilização do botão do pânico é determinada pela Justiça após análise de uma equipe multidisciplinar.

ANÁLISE

Rapidez é necessária

O botão do pânico é uma política pública que deu certo e que proporcionou mais segurança às mulheres que têm medidas protetivas de urgência em Vitória. Mas é necessário que ele seja ampliado a mais municípios do Estado. A eficácia do sistema vem do socorro imediato. A rapidez nesses casos é imprescindível. Uma pessoa pode acabar morrendo porque o socorro não foi ouvido ou porque as forças de segurança não chegaram a tempo. Falta de gestores

se conscientizarem quanto à relevância dessa política pública. Mesmo que salve uma mulher. É uma vida.

Hermínia Azoury, juíza coordenadora de Enfrentamento à **Violência Doméstica** familiar do **TJES**

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/04/botao-do-panico-eficacia-comprometida-mesmo-apos-seis-anos-1014178338.html>

| ENTREVISTA |

Mariane Cordeiro

“A violência doméstica é um dos fatores relacionados à depressão pós-parto”

Psicóloga capixaba que atua em Londres conta experiência de atender mães com depressão e fala das diferenças culturais entre os países

PAULA STANGE
prosi@redgazeta.com.br

O nascimento de um filho mexe com a vida da mulher em vários sentidos. Mas algumas novas mães sentem um impacto maior nessa fase, uma desordem psíquica com sérias consequências se não receber a devida atenção. A chamada depressão pós-parto é mais comum do que muita gente pensa. Só no Brasil, estima-se que atinja 25% das mulheres.

São vários os motivos que podem levar a esse quadro. Sabe-se que ele esbarra em questões sócio-culturais também, como a violência doméstica.

“A violência que vem a acontecer durante a vida da mulher, mas principalmente durante a gestação, aumenta muito risco de essa mãe ter depressão após o nascimento do bebê. E ninguém fala sobre isso”, alerta a psicoterapeuta Mariane Cordeiro, que é formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e atualmente trabalha em Londres. Confira o bate-papo.

A depressão pós-parto é algo muito comum?

Sim. Um estudo da Fiocruz apontou que a depressão pós-parto atinge uma em cada quatro mulheres no Brasil. As estatísticas mundiais mostram que 30 em cada mil mulheres apresentam um quadro de depressão muito severa, quando é necessário haver interna-

ção, e 150 a cada mil apresentam um quadro menos grave, mas ainda com episódios de ansiedade importantes e necessidade de intervenção farmacológica.

Mesmo assim, o assunto ainda é cercado de tabus?

Ainda é muito constrangedor para muitas mulheres admitir que têm alguma dificuldade emocional após o nascimento do bebê. Elas se sentem muito cobradas. A sociedade espera que estejam em estado de graça, plenamente agradecidas e felizes. Mas a maioria tem muitas dúvidas nesse período, sofrem com o medo de não estar lidando com o bebê corretamente. Muitas mães sentem uma culpa muito grande por não estarem completamente apaixonadas pelo filho nos primeiros dias após o parto. Não entendem que isso é um processo em construção. Atualmente, a pressão social vai além da cobrança emocional, quando se espera que já saiam lindas da maternidade e retornem ao peso anterior rapidamente, quase como que se ignorando todo o processo físico que essa mulher precisou passar para gerar um bebê.

A maternidade não é fácil...

Não. A maioria das mulheres se prepara para o parto, mas é comum a queixa de que ninguém disse a elas como se sentiriam de-



pois do parto, com o bebê em casa. Por exemplo, 75% das mães vão ter o chamado baby blues, que é uma tristeza leve, uma melancolia adaptativa, que costuma surgir nas primeiras semanas após o nascimento do bebê. A tristeza vai vir, em menor ou maior intensidade, e essa mulher precisará de acolhimento, para ela poder oferecer o seu próprio colo para o bebê.

Como diferenciar o que é depressão?

Existem quatro desordens comuns no pós-parto. O baby blues não chega a ser considerado um adoecimento, como a depressão. Normalmente, os sintomas

passam, em média, em até seis semanas. Se continuarem, é hora de procurar ajuda profissional. E há ainda casos de transtorno de estresse pós-traumático, uma mistura de depressão com ansiedade; e de psicose puerperal, quando a mulher pode apresentar uma paranoia muito grande, até com pensamentos persecutórios, como os de atacar o bebê ou fazer algo grave contra si própria, como o suicídio. Algo que pode acontecer na depressão também, caso não seja tratada.

O que se sabe sobre as causas desse problema?

Há questões hormonais envolvidas e também só-

cio-culturais. Em alguns países da Europa e no Japão, por exemplo, a depressão pós-parto está bastante relacionada ao isolamento das mulheres. São lugares onde a mulher fica muito sozinha, por conta do bebê, enquanto o parceiro trabalha (se houver parceiro), e sem apoio de uma família. No Brasil, a mãe dificilmente está sozinha nos primeiros meses. Todo mundo vai visitar a mãe e o bebê, e é comum os avós estarem presentes. Por outro lado, nota-se que a violência doméstica é um dos fatores que, associado ao isolamento e alterações fisiológicas, desencadeiam a depressão pós-parto em muitos países.

A violência que vem a acontecer durante a vida da mulher, principalmente durante a gestação, aumenta muito risco de essa mãe ter depressão após o nascimento do bebê. E ninguém fala sobre isso. No Reino Unido, a mulher, muitas vezes, é tirada de casa, indo para abrigos temporários. Mas qual protocolo seguimos aqui no Espírito Santo, por exemplo? Para onde a mulher vai ser levada com esse bebê? Qual rede de apoio profissional ela será inserida? Esse é um assunto muito complicado e diretamente relacionado com a mudança das políticas públicas de saúde mental.

Como funciona o serviço de atendimento às mães aí no Reino Unido?

Aqui temos uma modalidade fundamental de atendimento às mulheres com casos de depressão pós-parto severa e psicose. É uma unidade de internação hospitalar, um ambiente extremamente humanizado, onde a mãe pode ficar de uma a 12 semanas com o bebê, com atendimento multidisciplinar, incluindo psicólogos, psiquiatras, pediatras, enfermeiras e terapeutas ocupacionais. Há casos de mães que estão tão adoecidas que a família será inserida na unidade, ajudando diretamente no cuidado da díade, e no estabelecimento e manutenção do vínculo mãe-bebê.

Metade dos tribunais estaduais adere a programa do CNJ para área penal

Iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para enfrentar a crise penal no país, o programa Justiça Presente já conta com a adesão de 14 unidades da federação. Nas últimas semanas, Goiás, Espírito Santo, Acre, Tocantins e Pernambuco receberam missões para apresentação e discussão da iniciativa idealizada pela gestão do ministro Dias Toffoli e para o desenho de planos de trabalho que consideram as realidades locais e os objetivos gerais do programa.

Durante visita ao Acre na última quinta e sexta-feira (25 e 26), o secretário geral do **CNJ**, Carlos Adamek, falou sobre os diferenciais do programa durante evento com a cúpula dos Três Poderes. "Hoje, sequer temos condições de identificar todas as pessoas presas. A intenção é acabar com isso para termos uma Justiça cada vez mais célere e que erre menos", afirmou. Ao garantir a adesão do Judiciário local ao programa, o presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Francisco Djalma, destacou a importância de o **CNJ** avançar uma agenda penal. "Essa participação estimula todos a trabalharem em prol do sistema prisional e socioeducativo", disse.

Para o governador Gladson Cameli, o diálogo entre poderes é um diferencial importante para o sucesso das ações. "Tenho procurado todos os poderes e proposto um diálogo sempre aberto. As dificuldades são imensas e eu, sozinho, não consigo resolver todos. Estamos colocando estrutura do governo para que o Justiça Presente cumpra seu objetivo aqui", afirmou.

A adesão do Legislativo também foi garantida pelo presidente da Assembleia Legislativa, Nicolau Júnior. "Sabemos o quanto o sistema carcerário do nosso país é precário. Quanto mais ações forem desenvolvidas com o objetivo de reverter esse quadro, mais chances nós teremos de resolver os problemas existentes. Isso será possível com o empenho de todos. O Poder Legislativo está junto nessa luta", disse.

Durante missão ao Goiás nos dias 22 e 23 de abril, o Justiça Presente foi recepcionado com otimismo pelo Judiciário e pelo Executivo. "O Tribunal de Justiça de Goiás dará todo apoio para o programa ser desenvolvido da melhor forma possível", disse a juíza

auxiliar da presidência Sirlei Martins da Costa. Uma das iniciativas do programa, a informatização da tramitação penal por meio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado foi elogiada. "Com o processo digital, há um maior controle, inclusive sobre número de presos, se há possibilidade de progressão e dos mandados de prisão. Tudo isso faz com que o processo seja mais eficiente", disse a magistrada.

Representando o Executivo, o secretário de Segurança Pública Rodney Miranda destacou a importância do fortalecimento de ações articuladas entre diferentes atores do poder público. "O governador Ronaldo Caiado reconhece a gravidade do sistema prisional e o impacto na criminalidade extramuros. Defendemos uma ação baseada em parcerias entre os poderes e a sociedade civil para construir soluções duradouras, que reeduquem e deem oportunidades a quem cumpre sua pena", afirmou.

Ao apresentar o Justiça Presente para o poder público local, o juiz auxiliar da presidência do **CNJ** Márcio Alexandre destacou a dificuldade de abordar a superlotação com a criação de novas vagas considerando a situação fiscal dos estados, o que não é diferente no caso de Goiás. "O Estado não tem esse dinheiro e, ainda que tivesse, existem políticas mais importantes aos olhos da sociedade, como as voltadas à educação, saúde e saneamento básico. Ou seja, ainda que tivesse esse dinheiro, o governo não teria como construir o número de presídios necessários para acabar com a superpopulação", disse.

Também nos dias 22 e 23 de abril, outra comitiva do Justiça Presente chegou ao Espírito Santo, referência em atendimento a egressos por meio do **Escritório Social**. A iniciativa foi implementada segundo modelo desenvolvido pelo **CNJ** em 2016, e funciona em parceria com o Executivo local. Ao receber a missão do Justiça Presente, o governador Renato Casagrande destacou a relevância do programa no contexto atual. "É a primeira vez que todas as instituições que envolvem o sistema prisional participam de uma força tarefa desta natureza. O desafio é grande e precisamos ser ágeis. Apenas neste ano a previsão é de ingresso de mais quatro mil presos. Não adianta só construir presídios."

Em evento que reuniu a cúpula do Judiciário e do

sistema de Justiça capixaba, incluindo o presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, Sérgio Gama, o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do **CNJ**, Luís Lanfredi, destacou a necessidade de o Estado brasileiro cumprir com suas obrigações na área carcerária. "Buscamos qualificar os atores locais para que atuem em sintonia e alcancem os resultados determinados pela lei, pela Constituição e tratados internacionais", disse.

A visita ao Pernambuco nos dias 9 e 10 de abril começou com evento que reuniu integrantes do Sistema de Justiça local, assim como membros do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa. Representando o Tribunal de Justiça de Pernambuco, o corregedor geral de Justiça Fernando Cerqueira citou a preocupação do estado com políticas de melhoria da gestão prisional. "Pernambuco tem um trabalho de excelência em relação às audiências de custódia, com 18 polos, algo muito representativo", disse.

O juiz auxiliar da presidência do **CNJ**, Márcio da Silva Alexandre, falou sobre a necessidade de superar o estado de crise a partir do enfrentamento das causas dos problemas encontrados em todo o ciclo penal. A agenda no estado ainda incluiu visita à Central de Penas Alternativas, acompanhamento e discussão sobre as audiências de custódia, reunião com parceiros locais para implantação da metodologia do **Escritório Social** para atendimento a egressos, reuniões com o Executivo local sobre verbas de convênios e discussões sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), que deve ser iniciada em maio no estado.

No início do mês, a comitiva do programa participou de diversas agendas em Palmas (TO). "Estamos trazendo soluções tanto para o Judiciário quanto para o Executivo", disse o secretário-geral do **CNJ**, Carlos Adamek, destacando investimentos em consultores e tecnologia para apoiar a execução penal nos estados, além do incentivo a medidas alternativas à prisão. "Isso evita o encarceramento excessivo para mantermos preso apenas quem realmente não tem qualquer condição de convívio social", pontuou.

Em reunião com a cúpula do poder público local, o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, Helvécio Maia, disse que "o projeto foi bem estudado e será fundamental para aproximar o Judiciário do cidadão, por meio de uma Justiça mais humana, mais restaurativa e menos encarceradora". Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do **CNJ**, Luís Lanfredi destacou que o programa está sendo construído para apoiar e fortalecer o trabalho de cada magistrado. "Queremos

entender dificuldades e melhorar fluxos, resultando no fortalecimento institucional do Judiciário como um todo".

O governador Mauro Carlesse também elogiou o empreendimento do **CNJ**. "É uma parceria importante e, por isso, temos a participação de todos os órgãos que atuam no sistema prisional", disse. Já o secretário de Cidadania e Justiça, Heber Fidelis, afirmou que a pasta está de portas abertas. O órgão planeja, por exemplo, enviar ao **CNJ** estudo sobre a população presa no estado.

Isaías Monteiro

Com informações do TJAC, **TJES**, TJGO, TJPE e TJTO

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88812-metade-dos-tribunais-estaduais-adere-a-programa-do-cnj-para-area-penal>

| FORAGIDOS |

ESTADO TEM MAIS DE 12 MIL MANDADOS DE PRISÃO

Entre eles estão os 1.020 foragidos ainda não localizados

ISAAC RIBEIRO
iribeiro@redgazeta.com.br

Dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que o Espírito Santo contabiliza 12.378 mandados de prisão pendentes de cumprimento. Desse total, há 1.020 foragidos e 11.358 procurados. Em todo o País, são 348.232 mandados de prisão a serem cumpridos. Desse total, 327.665 são considerados procurados e 20.567 estão foragidos. A consulta foi realizada no dia 26 de abril.

No último dia 22, nove detentos fugiram da Penitenciária Estadual de Vila Velha III, do Complexo de Xuri. Um deles é apontado pela polícia como chefe do tráfico de Flexal II, em Cariacica. Além dele, estão na lista um agressor de mulher, acusados de roubos e um suspeito de vários homicídios. Até o último domingo, nenhum foragido havia sido capturado.

GRADE

Embora a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) não tenha informado a dinâmica da fuga, Rhuan Karlos Alves Fernandes, presidente do Sindicato dos Inspectores Penitenciários do Espírito Santo (Sindaspes), contou que os detentos conseguiram escapar cortando a grade que dá acesso a área externa da unidade.

O delegado Júlio Cesar Oliveira, chefe da Superintendência de Polícia Interestadual e de Capturas (Supic), da Polícia Civil, disse que a Supic trabalha de forma integrada à Polícia Militar, Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) e o serviço de inteligência da Sesp.

OS BANDIDOS MAIS PROCURADOS



Antero da Conceição Arcaño
Homicídio



Geovani de Andrade Bento
Homicídio



Fernando Moraes Pereira
Homicídio



Joanielson Verly Gonçalves
Tráfico de drogas



Jorcelino Lobo Vidal
Homicídio



Jhonny dos Santos Gomes
Homicídio



Magnum Betine Bueno
Roubo/Tráfico de drogas



Marco Antonio R. Galdino
Homicídio



Maurício Geciano Rodrigues
Homicídio



Rosemiro Jose Ribeiro
Homicídio



Petricio Colli Secchim
Homicídio



Sayonara Moreira Silva
Homicídio

“As agências policiais prendem muito. Aumentou a eficiência do sistema repressivo. Só a nossa unidade prendeu 900 no ano passado”

JÚLIO CESAR OLIVEIRA
Chefe da Supic, Polícia Civil

“Nós recebemos os mandados e desenvolvemos um dossiê sobre os procurados. A primeira medida é verificar se o cidadão já está preso por algum crime. Quando está preso, localizamos o presídio e damos ciência do novo documento. Caso esteja em liberdade, uma equipe vai ao endereço do acusado que consta no mandado. Em alguns casos, o criminoso não é encontrado e o caso segue em acompanhamento”, explicou Oliveira.

Quanto ao número expressivo de mandados pendentes, o superintendente enfatizou que os dados podem carecer de auditoria. Segundo ele, há situações em que uma mesma pessoa consta com

mais de um mandado aberto. O delegado citou como exemplo Samuel Gonçalves Rodrigues, 26 anos, conhecido como Castraca. Contra ele, há 11 mandados de prisão preventiva em aberto. Ele é acusado de envolvimento em assassinatos e homicídios em Vila Velha.

“As agências policiais prendem muito, então, aumentou a eficiência do sistema repressivo. Somente a nossa unidade, que não prendemos 250. Nossa média é de três prisões por dia útil. Há casos em que o cidadão recebe mandado de prisão, mesmo já estando preso”, explicou.

OUTRO LADO

ATUAÇÃO INTEGRADA PARA LOCALIZAR OS FORAGIDOS

Por nota, a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) destacou que atua de forma integrada com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) para localizar foragidos do sistema prisional. Para isso, conta com o trabalho do Departamento de Inteligência Prisional (DIP) que colabora com informações e levantamentos realizados junto as unidades. “O compartilha-

mento com as forças de segurança inclui dados registrados no sistema de gerenciamento da população carcerária, além de fotos que identificam os foragidos. A Sejus também realiza operações pontuais com a equipe da Diretoria de Operações Táticas (DOT) quando há denúncias de ocorrências envolvendo foragidos ou detentos do sistema penitenciário”, diz a nota.

FUGAS RECENTES



DIVULGAÇÃO/SEJUS

DETENTO FUGE APÓS AUDIÊNCIA NO FÓRUM

No dia 15 de abril, o detento Lucas de Jesus Almeida Santos, que passava por uma audiência, fugiu de um fórum localizado em Montanha, no Norte do Estado. Uma pessoa que estava em frente ao local flagrou toda a ação. No vídeo é possível ver quando Lucas corre em direção ao portão e cai no chão, mas ele é detido logo em seguida. Após um descuido, ele consegue fugir novamente. De acordo com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), até o último domingo, Lucas continuava foragido.



DIVULGAÇÃO/SEJUS

NOVE PRESOS DE XURI ESTÃO NAS RUAS

No último dia 22 de abril, nove detentos fugiram da Penitenciária Estadual de Vila Velha III, do Complexo de Xuri. Dentre os foragidos estão o chefe do tráfico de Flexal II, em Cariacica, um agressor de mulher, acusados de roubos e um suspeito de vários homicídios. De acordo com o Sindicato dos Inspectores Penitenciários do Espírito Santo (Sindaspes), os detentos conseguiram escapar cortando a grade que dá acesso à área externa da unidade. Todos continuam foragidos.



DIVULGAÇÃO/SEJUS

DETENTA DEIXOU FILHO PARA TRÁS E FUGIU

Já tem mais de um mês que a detenta Aline Barreto Alcântara fugiu após internar o filho recém-nascido no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, o Hospital das Clínicas, Vitória. Segundo a Sejus, a interna acompanhava o filho de dois meses, que apresentava problemas de saúde. A fuga aconteceu após Aline pedir aos agentes para ir ao banheiro. Ela conseguiu escapar pela balsa. Segundo a lei, é proibido que internas lactantes sejam algemadas durante a permanência no hospital.

| FORAGIDOS |

HERDEIRA DO TRÁFICO É A MULHER MAIS PROCURADA

Ela assumiu o comando quando seus pais foram presos

de ISAAC RIBEIRO
iribeiro@redgazeta.com.br

Em lugar de imóveis, dinheiro, automóveis ou outros bens, ela teve como herança um exército de traficantes dispostos a trabalhar para manter o funcionamento das bocas de fumo já controladas pela família.

Segundo a Polícia Civil, essa é a herança de Sayonara Moreira Lima, 31, considerada a mulher mais procurada do Estado.

Sayonara é a única a integrar a lista dos 12 criminosos mais perigosos do Espírito Santo que estão com mandados de prisão em aberto. A relação com os nomes foi divulgada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). O documento também aponta procurados por tráfico de drogas, assassinatos e roubos.

Acusada de envolvimento com o tráfico de drogas e homicídios em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado, Sayonara é filha de Terezinha de Jesus Moreira e Rogério Silva, o Rogerinho do Village. Ambos estão presos pelos mesmos crimes dos quais a filha é investigada.

Rogerinho está preso desde o dia 12 de julho de 2010 na Penitenciária de Segurança Máxima II, em Viana. A mulher dele está detida no Centro Prisional Feminino de Cariacica desde março de 2013.

DOMÍNIO NO SUL
O delegado Guilherme Eugênio Rodrigues, que já foi titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Cachoeiro de Itapemirim, disse que a família é acusada de comandar o tráfico de drogas nos bairros Village da Luz, Rubem Braga e Bom Pastor, em Cachoeiro.

De acordo com o delegado, que atualmente trabalha em Guarapari, Sayonara ganhou proa-

gonismo quando o pai e a mãe foram presos. A procurada é investigada por comandar dezenas de bocas de fumo e traficantes na região.

“As investigações apontaram que Sayonara comandou ativamente a or-

“

ganização criminosa criada pelo pai”
As investigações apontaram que Sayonara comandou ativamente a organização criminosa criada pelo pai”

—
GUILHERME EUGÊNIO RODRIGUES
Delegado

ganização criminosa criada pelo pai. Ela foi acusada de ordenar homicídios e coordenar o tráfico de drogas com mãos de ferro. Com o pai e a mãe envolvidos no mundo crime, pode-se dizer que ela herdou a herança maldita do tráfico”, analisou.

O QUE DIZ A DEFESA

Pai, mãe e filha são acusados de envolvimento em um mesmo caso de assassinato ocorrido em Cachoeiro de Itapemirim. A informação é da advogada Daniele Coelho, nomeada pela Justiça para defender a família.

“Fui nomeada como advogada dativa o ano passado para a fazer a defesa deles no caso do assassinato de um ex-guarda municipal. Acredito que o julgamento será incluído na pauta para o segundo semestre deste ano. A defesa vai alegar a inocência dos acusados”, declarou a advogada.



FERNANDO MADEIRA

População faz as denúncias para setor na Sesp

Disque-Denúncia ajudou a prender 284 pessoas

Importante ferramenta na investigação de crimes, o Disque-Denúncia 181 foi o responsável pela prisão de 284 pessoas no primeiro trimestre deste ano. Através de informações disponibilizadas pela população, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) também apreendeu 76 armas, 620 quilos de droga e 617 munições.

De acordo com a Sesp, os registros aumentaram em 35% em relação aos três pri-

meiros meses de 2018. “Os resultados expressivos de prisões, apreensões, desarticulação de quadrilhas, elucidação de homicídios, com a colaboração de denúncias anônimas demonstram que a atividade policial no Espírito Santo tem no serviço uma de suas importantes fontes de informação e mostram a disposição da população capixaba em não tolerar mais a impunidade e a omissão”, diz nota da Secretaria de Segurança.

ESTADO TEM MAIS DE 12 MIL MANDADOS DE PRISÃO Parte I

Eduardo Dias

FUGA, DETENTOS, PRESÍDIO, **CNJ**, CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA, FORAGIDOS,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/04/30/RDIOCBNVITRIA
925FMES-08.49.41-08.51.12-1556635265.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/04/30/RDIOCBNVITRIA
925FMES-08.49.41-08.51.12-1556635265.mp3)**

ESTADO TEM MAIS DE 12 MIL MANDADOS DE PRISÃO Parte II

Eduardo Dias

FUGA, DETENTOS, PRESÍDIO, **CNJ**, CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA, FORAGIDOS, SEJUS,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/04/30/RDIOCBNVITRIA
925FMES-08.52.23-08.53.32-1556635320.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/04/30/RDIOCBNVITRIA
925FMES-08.52.23-08.53.32-1556635320.mp3)**

CNJ avança na versão 3.0 do Sistema Renajud

Avança a formatação da versão 3.0 do Sistema Renajud, plataforma de restrição judicial de veículos criada pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** para interligar o **Poder Judiciário** ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Em reunião realizada nesta segunda-feira (29/04), representantes do **CNJ**, Denatran e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) trataram da atualização do Renajud 3.0 e começaram a analisar propostas de aprimoramento das funcionalidades do sistema.

As propostas foram apresentadas pelo coordenador dos trabalhos, conselheiro Luciano Frota, e objetivam conferir agilidade ao sistema e solucionar as principais demandas dos magistrados visando dar maior eficiência do Renajud.

Foram analisadas sete propostas: 1) criação de um fluxo no sistema que possibilite ao magistrado que alienou o veículo com múltiplas penhoras proceder ao desbloqueio do bem para fins de transferência ao adquirente; 2) incluir funcionalidade que avise aos magistrados que fizeram a penhora sobre o mesmo bem a respeito da hasta pública designada (ato da justiça pelo qual são alienados bens do devedor), bem como seu resultado; 3) permitir que o juiz que ordenou a apreensão do veículo tome ciência do cumprimento por meio de um alerta no Sistema Renajud.

"Somente com essas três propostas conseguiremos resolver uma parte importante das demandas dos juízes por melhoria das funcionalidades do Renajud", disse o conselheiro Luciano Frota.

As demais sugestões para o aprimoramento das funcionalidades da plataforma, também consideradas relevantes, são especificar no Renajud detalhes da apreensão do veículo (tais como causa da apreensão, natureza da ordem judicial e pátio de guarda do veículo apreendido), inserção de informações mais detalhadas sobre a alienação fiduciária do veículo (instituição financeira, prazo de pagamento e eventual quitação); ampliar o período de cadastramento dos usuários do sistema (atualmente são seis meses); e, por último, criar um canal de comunicação eletrônica entre o juiz da vara e o Denatran, com indicação do responsável, bem como possibilitar acesso do magistrado ao sistema de forma a facilitar a obtenção

de dados dos veículos.

Após apresentação, as propostas serão objeto de avaliações, incluindo a análise da perspectiva operacional e de base tecnológica, antes de serem adotadas na nova versão da plataforma.

Em termos de integração de sistemas, a finalidade da versão 3.0 é fazer com que o Renajud seja acessado via **Processo Judicial Eletrônico (PJe)**, plataforma desenvolvida pelo **CNJ** e utilizada por tribunais brasileiros. Essa é uma das medidas a serem adotadas para disseminar o uso desse sistema entre os magistrados e melhorar o acesso por parte daqueles que já utilizam o sistema.

Participaram da reunião representantes da coordenadoria-geral do Denatran, da área de tecnologia do Serpro, do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do **CNJ**, além do conselheiro Luciano Frota.

Criado pelo **CNJ** em 2008, o Sistema Renajud é uma ferramenta que facilita a inserção de restrição sobre veículos de pessoas com dívidas julgadas pela justiça e consulta de informações do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), mantido pelo Denatran.

Antes do sistema, consultas, inserções e retiradas de restrições a veículos tinham que ser feitas por meio de ofícios enviados ao Denatran, posteriormente enviado aos 27 Departamentos de Trânsito Estaduais (Detrans) para execução.

Nas próximas reuniões, o grupo que tem trabalhado na atualização do Renajud abordará, além das melhorias da funcionalidade do sistema, também questões relativas a regulamentação.

Luciana Otoni

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88811-cnj-avanca-na-versao-3-0-do-sistema-renajud>

Cadastro Nacional de Adoção completa 11 anos

Garantir a segurança jurídica e dar mais transparência ao processo de adoção de crianças e adolescentes são os principais ganhos registrados pelo Sistema Integrado do **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)**, bem como a ampliação das possibilidades de encontrar famílias para as mais de 9,5 mil crianças cadastradas. Criado há 11 anos pela Resolução 54/2008 do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o CNA está em fase de atualização. O novo sistema já está em fase de teste, que deve ser ampliada em âmbito nacional, com a migração para o servidor do **CNJ**.

Atualmente, há 45.923 pretendentes cadastrados e 9.566 crianças e adolescentes disponíveis. Na última década, mais de doze mil adoções foram realizadas por intermédio do CNA no Brasil. A partir da implantação do CNA, o número de adoções foi crescente. No primeiro ano de utilização, o Cadastro viabilizou 82 adoções. Já no final de 2018, mais de duas mil adoções tinham sido efetivadas.

O Cadastro Nacional de Adoção foi criado com a finalidade de consolidar dados de todas as comarcas do Brasil referentes a crianças e adolescentes disponíveis para adoção, assim como dos pretendentes à adoção que moram no Brasil e no exterior, devidamente habilitados. A resolução também prevê a promoção e o estímulo, pelo **Poder Judiciário**, de campanhas incentivando a reintegração de crianças e adolescentes à família de origem ou inclusão em família extensa. A adoção ocorre quando a possibilidade de reintegração é esgotada.

O projeto-piloto do Sistema Integrado do CNA começou a ser aplicado em 2018 pelas **Varas de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** e por duas varas em cada um dos estados parceiros do projeto - Paraná (TJPR), Bahia (TJBA), São Paulo (TJSP), Rondônia (TJRO) e Alagoas (TJAL). Com base no sistema utilizado pelo **TJES**, e juntamente com os parceiros, o **CNJ** trabalhou para transformar a linguagem do novo sistema, com uma base de dados única para o **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)** e o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA).

De acordo com a Resolução **CNJ** 54/2008, as Corregedorias-Gerais da Justiça e os juízes são responsáveis pela alimentação diária do sistema. O

novo sistema nacional traz uma página de estatísticas públicas alimentada em tempo real, com os dados nacionais de adoção e acolhimento. Além disso, o novo sistema permite acesso diferenciado aos dados, ampliando os perfis para o **Ministério Público (MP)**, defensores, Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), instituições acolhedoras e os próprios pretendentes, além de juízes e servidores. Também é possível o acesso público ao sistema para dados que não sejam sigilosos, como dados de quantidade de pretendentes, crianças e instituições acolhedoras, por exemplo, inclusive com mapas georeferenciais.

O Sistema Integrado também apresenta algumas inovações, como o sistema de alertas para o vencimento de prazos; acompanhamento do início ao fim da vida de cada criança; envio de email-s (sistema push) para os pretendentes; vinculação automática da criança ao pretendente com perfil, inclusive com ampliação do perfil em um ano para mais ou menos; pré-cadastro/cadastro dinâmico de pretendentes; gerenciamento das adoções; e as estatísticas em tempo real.

Todas essas novas características possibilitam às Varas uma melhor administração do quadro de crianças e adolescentes que estão em condições de adoção, maior celeridade na solução dos processos e também viabilizam às Varas, Tribunais e ao **CNJ** estabelecer políticas para a Infância e Juventude, além de agilizar as adoções interestaduais, que antes eram feitas por meio de busca manual.

Para a Corregedoria, a segurança dos dados, a transparência em relação às informações das crianças e pretendentes e a celeridade nas adoções são avanços centrais do novo sistema. O cadastro, no entanto, não é aplicado no processo de destituição familiar - ou seja, na etapa em que as crianças ainda não estão disponíveis para adoção e que precede, portanto, a inserção no sistema.

Lenir Camimura Herculano

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88808-cadastro-nacional-de-adoacao-completa-11-anos>

Cadastro nacional registra 12 mil adoções

BRASÍLIA (ABR) - O Sistema Integrado do **Cadastro Nacional de Adoção** (CNA) completou ontem 11 anos de criação, tendo já realizado mais de 12 mil adoções. Criado pela Resolução 54/2008, do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o cadastro tem atualmente 45.923 pretendentes cadastrados e 9.566 crianças e adolescentes disponíveis.

De acordo com o **CNJ**, desde o início do sistema, o número de adoções foi crescente. No primeiro ano de funcionamento, o cadastro viabilizou 82 adoções. No ano passado, foram efetivadas mais de 2 mil.

O CNA, criado com a finalidade de consolidar dados de todas as comarcas do Brasil referentes a crianças e adolescentes disponíveis para adoção, assim como dos pretendentes, é alimentado diariamente por juizes e pelas Corregedorias-Ge-raís da Justiça.

O acesso é público ao sistema para informações que não sejam sigilosos, como dados sobre volume de pretendentes, crianças e instituições acolhedoras, por exemplo.

O acesso pode ser feito em <http://www.cnj.us.br/progra-mas-e-aco-es/cadastro-nacio-nal-de-adocao-cna> ou em <https://sistemas.tjes.jus.br/si-gacna>, clicando em "estatísticas públicas".

Site:

<http://digital.acritica.com/pub/jornalacritica/?tokendigital=5H9N2M9C1I7R7S0L6K6A2D0N3N8T0N7Q7S1A1C1J3Y0E6C6I4G3T3J2T8E5Y6F5M>

Cadastro Nacional soma 12 mil adoções

O Sistema Integrado do **Cadastro Nacional de Adoção** (CNA) completou ontem 11 anos de criação, tendo já realizado mais de 12 mil adoções. Criado pela Resolução 54/2008, o cadastro tem 45.923 pretendentes e 9.566 crianças e adolescentes disponíveis.

De acordo com o **CNJ**, o número de adoções foi crescente. No ano passado, foram efetivadas mais de 2 mil. O CNA, criado com a finalidade de consolidar dados de todas as comarcas do Brasil referentes a crianças e adolescentes disponíveis para adoção, assim como dos pretendentes, é alimentado diariamente .

O acesso é público ao sistema para informações, como dados sobre volume de pretendentes, crianças e instituições acolhedoras, por exemplo. O acesso é pelo <http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/cadastro-nacional-de-adocao-cna> ou em <https://sistemas.tjes.jus.br/sigacna>, clicando em "estatísticas públicas".

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2019/04/cadastro-nacional-soma-12-mil-adoco-es.html>

| CONTEÚDOS FALSOS |

Justiça manda retirar posts contra Majeski

Deputado estadual foi alvo de publicações em uma rede social ainda em maio de 2017

de **VINÍCIUS VALFRÉ**
vpeira@redegazeta.com.br

A Justiça determinou que sejam retirados do Facebook conteúdos falsos publicados por dois perfis apócrifos contra o deputado estadual Sergio Majeski (PSB). A decisão, da última quinta-feira, é da juíza Maiza Silva Santos, do 8º Juizado Especial Cível de Vitória.

Como A GAZETA publicou com exclusividade no



Sergio Majeski durante discurso na Assembleia

mês passado, a Polícia Civil identificou duas pessoas responsáveis pelo conteúdo.

Elas disseram que agiram sob orientação de

Renzo Colnago, ex-presidente da Prodest no governo passado. Ele nega ter orientado a publicação de material falso.

Para a polícia, porém, Renzo, Lorena Covre Malta e Igor Gabrielli Rosa foram os responsáveis por disseminar o conteúdo com perfis falsos. Os posts, lançados em grupos de Facebook em maio de 2017, continham foto do deputado, a logomarca do mandato e uma frase jamais dita por ele: "Quero acabar com a doutrinação cristã. Meu projeto é proibir o uso da Bíblia sagrada. Só assim conseguiremos construir um Estado com educação".

A decisão determina que o trio, processado pelo deputado por danos morais, providencie a remoção do conteúdo, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, limitada a R\$ 5 mil.

Uma audiência do caso na esfera cível foi marcada para o dia 5 de agosto.

Juíza determina que autores retirem fake news contra Majeski das redes sociais

Danieleh Coutinho

Curta, comente e compartilhe!

A juíza do 8º **Juizado Especial Cível** de Vitória, Maiza Silva Santos, determinou que as três pessoas identificadas pela Polícia Civil como autores da fake news, contra o deputado estadual Sergio Majeski (PSB), excluam o conteúdo das redes sociais. A decisão ocorreu na quinta-feira (25) e dá prazo de 48 horas para retirada do conteúdo, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil pelo descumprimento, limitando a R\$ 5 mil. O prazo passa a contar a partir do momento da notificação oficial.

"Fake news é crime. Não produza e nem compartilhe", resumiu o deputado Majeski após da decisão da juíza.

Entenda o caso

O fato ocorreu em 2017. De acordo com o inquérito da Polícia Civil, o grupo criou perfis falsos na internet para divulgar conteúdos e informações mentirosas, atribuindo ao parlamentar "um projeto para proibir o uso da bíblia sagrada, com o propósito de conseguir construir um estado com educação". Assim que tomou conhecimento das postagens das redes sociais, o deputado Sergio Majeski fez um boletim de ocorrência na Polícia Civil, que investigou o caso.

Em março de 2019, a Polícia Civil concluiu as investigações com o delegado Breno Andrade, da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos, informando o indiciamento dos três envolvidos e o encaminhamento do caso para o **Ministério Público** oferecer denúncia.

Com a confirmação do indiciamento, o deputado Majeski também acionou judicialmente os acusados. Esta decisão de mandar retirar o conteúdo das redes sociais foi a primeira da Justiça sobre o caso. Ainda serão julgados os pedidos de retratação pública e indenização pelos danos morais.

Site: <http://eshoje.com.br/juiza-determina-que-autores- retirem-fake-news-contra-majeski-das-redes-sociais/>

Justiça manda retirar publicação falsa contra deputado estadual

JUSTIÇA, RENZO COLNAGO, DEPUTADO
ESTADUAL, ESPÍRITO SANTO, PRODEST, SÉRGIO
MAGESKI, SÉRGIO MAJESKI, FAKE NEWS,
PROCESSO, DANOS MORAIS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/04/27/TVGAZETAAGL>

[OBOES-19.36.07-19.36.35-1556405555.mp4](#)

Justiça suspende desapropriação de motel em Vila Velha

JUSTIÇA, SUSPENDE, DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL, MOTEL, VILA VELHA, TJES

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/04/26/RDIOBANDNEW>

[SFM901ES-11.54.32-11.57.05-1556303147.mp3](#)

CNJ Serviço: Prisão em flagrante pode evitar a consumação de crime

A prisão em flagrante é caracterizada pelo cerceamento da liberdade de uma pessoa que está cometendo ou acaba de cometer a infração penal. Há prisão em flagrante também quando a pessoa é perseguida logo após a prática da infração penal, em situação que faça presumir ser ela a autora do crime. Também é considerada em flagrante delito a pessoa que é encontrada, logo após a prática da infração, com os instrumentos, armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ela a autora do delito.

A medida está prevista no art. 302 do Código de Processo Penal (CPP) e tem o objetivo de evitar a consumação ou o exaurimento do crime, impedir a fuga do autor do delito, garantir a colheita de informações e, ainda, preservar a integridade física da vítima e do autor do crime.

Nos casos de delitos permanente - como o crime de sequestro -, o flagrante pode ocorrer enquanto perdurar o ato delituoso. Enquanto o sequestrado estiver em poder do sequestrador, caberá a prisão em flagrante.

A prisão em flagrante não tem prazo fixo, no entanto, atualmente, por força de pactos internacionais de que o Brasil é parte, no prazo de 24 horas, a pessoa presa deve ser apresentada a um juiz, que avaliará se a prisão é regular, se a pessoa deve ser mantida com o decreto da Prisão Temporária (Lei n. 7.960/89) ou da Prisão Preventiva (art. 312 - CPP), ou se o cidadão poderá responder ao crime em liberdade.

Qualquer pessoa poderá efetuar uma prisão em flagrante, pois o procedimento tem o objetivo de afastar um perigo iminente, ou seja, é conferido ao cidadão a faculdade de conter um criminoso durante a prática de delito. De outro lado, a execução da prisão em flagrante pela a autoridade policial e seus agentes é um dever legal.

O agente público poderá, em casos excepcionais previstos na legislação, deixar de efetuar o flagrante quando julgar mais conveniente para a investigação criminal. O artigo 8º da Lei n. 12.850/13 (Lei das Organizações Criminosas) prevê o flagrante retardado, chamado de "Ação Controlada". Tal modalidade de prisão também é autorizada pelo art. 53 da Lei n. 11.343/06 (Lei de Drogas).

Há ainda as figuras dos flagrantes forjado e provocado. O ato forjado é uma ação ilícita, uma armação para incriminar determinada pessoa. Já o flagrante provocado se caracteriza pela indução ou instigação para que alguém pratique crime com o objetivo de efetuar prisão. Para casos assim, o entendimento é que, quando se provoca situação de flagrante, o crime se torna impossível de ser cometido. A questão é tratada na Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal (**STF**), que estabelece que "não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação".

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88806-cnj-servico-prisao-em-flagrante-pode-evitar-a-consumacao-de-crime>

Fórum do CNJ se engaja na atualização normativa dos precatórios

Atualizar as normas do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** que disciplinam a gestão dos precatórios pelos tribunais é a prioridade da nova composição do Comitê Nacional do Fórum Nacional de **Precatórios** (Fonaprec). Nomeado pelo presidente do **CNJ** e do Supremo Tribunal Federal (**STF**), ministro **Dias Toffoli**, o colegiado voltou a se reunir em 11/4 e dividiu entre seus novos integrantes uma série de tarefas para dar celeridade ao projeto de atualização normativa. Por conta da sanção das emendas constitucionais 94 e 99, em 2016 e 2017, respectivamente, o texto da Resolução **CNJ** n. 115/2010, que regulamentou o tema no **Poder Judiciário**, precisa ser atualizado.

"Além das emendas constitucionais, houve decisões do Supremo Tribunal Federal que declararam a inconstitucionalidade de trechos de outra Emenda Constitucional (62) do mesmo tema: precatórios. Por isso, a urgência de se atualizar as normas do **CNJ** para o pagamento dessas dívidas judiciais", afirmou o novo presidente do Fonaprec e conselheiro do **CNJ**, Luciano Frota.

Precatórios é o nome que se dá às dívidas estatais reconhecidas pela Justiça. São valores devidos pela União, por estados ou municípios para pessoas físicas ou empresas, conforme decisões do **Poder Judiciário**. De acordo com informações dos tribunais de Justiça, de janeiro deste ano, os entes do Estado brasileiro devem, pelo menos, R\$ 141 bilhões em precatórios. A norma do **CNJ** define regras e procedimentos administrativos e legais que os tribunais devem seguir para viabilizar o pagamento de precatórios a quem são devidos.

Leia mais: **CNJ** Serviço: O que são e como devem ser pagos os precatórios

A reunião do Comitê Nacional do Fonaprec resultou também na aprovação de uma consulta aos tribunais de Justiça, que deverão enviar ao Comitê Nacional as sugestões de alteração normativa relacionada à gestão de precatórios que considerarem necessárias. A intimação do comitê aos tribunais estabeleceu prazo de 30 dias para respostas. "A marca da nossa gestão à frente do Fonaprec será a busca por celeridade, diligência e simplicidade administrativa", disse o conselheiro Luciano Frota.

Uma versão preliminar do texto da nova resolução que substituirá o teor da Resolução **CNJ** n. 115/2010 já está em elaboração por um grupo de trabalho, enquanto o comitê nacional aguarda o envio das propostas dos tribunais. Sob a coordenação do secretário-geral do Comitê Nacional do Fonaprec, juiz Francisco Eduardo Fontenele Batistas, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), integrantes do comitê nacional que têm maior afinidade com a gestão dos precatórios participarão do processo de elaboração da minuta da nova resolução.

O Comitê Nacional é o braço executivo do Fonaprec. De acordo com a Portaria **CNJ** n. 38, de 26 de fevereiro deste ano, a constituição do comitê nacional contempla magistrados de diferentes tribunais, além de um representante do **Ministério Público** e outro, da advocacia. Também integram o Fórum os comitês estaduais, formados nas 27 unidades da Federação. Apurar em que condições estão os comitês estaduais foi outra providência aprovada na reunião de abril. O Fórum decidiu solicitar informações aos tribunais de Justiça sobre a composição e o funcionamento de cada um dos comitês.

Uma das funções do Comitê Nacional do Fonaprec é emitir pareceres técnicos aos conselheiros relatores de processos administrativos que tramitam no Conselho e que tenham como questão central o tema dos precatórios. Muitos desses processos tiveram a tramitação interrompida e seus relatores esperam por uma posição do Fonaprec. Por isso, o Comitê Nacional do Fonaprec decidiu recorrer a uma ferramenta digital de gestão de projetos para dar mais agilidade aos debates e encaminhamentos relativos a esses pareceres.

No Painel Virtual, nome dado à ferramenta, o integrante do Comitê Nacional do Fonaprec que for designado para analisar um processo terá 20 dias corridos para apresentar seu parecer a respeito. O colegiado terá então cinco dias úteis para deliberar sobre a matéria. A distribuição dos processos começou nesta segunda-feira (22/4). "São consultas e pedidos de providências que estão parados a espera desses pareceres. Pelas peculiaridades do tema, muito específico, que envolve legislação e normas próprias, a maioria dos conselheiros que precisam relatar processos sobre precatórios pede a posição do Fonaprec a respeito das discussões levantadas

nesses processos", afirmou o conselheiro Frota.

O conselheiro estima que, pelo menos, 18 processos administrativos estejam com tramitação suspensa no **CNJ**, por falta de análise técnica. Como a análise e votação dos pareceres será feita, preferencialmente, na forma virtual a partir de agora, não será necessário aguardar pela próxima reunião do Fonaprec, que realiza encontros bimestrais - a próxima reunião foi agendada para 10 de junho.

Manuel Carlos Montenegro

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88807-forum-do-cnj-se-engaja-na-Atualizacao-normativa-dos-precatorios>

OAB vai entregar estudo contra pacote anticrime

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai ao Congresso entregar um estudo que se opõe ao pacote anticrime do ministro da Justiça, Sérgio Moro.

O texto, de juristas e associações do direito, faz críticas ao projeto e sugestões. A OAB negocia uma data, até a 1ª quinzena de maio, com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre para a entrega do estudo.

Superlotação deixa Xuri vulnerável ao domínio dos presos (Editorial)

Quando nove detentos conseguiram escapar, na segunda-feira (22), da Penitenciária Estadual de Vila Velha III, no Complexo de Xuri, às margens da BR 101, acendeu-se a luz vermelha. Uma fuga dessas proporções remete a tempos sombrios no sistema prisional capixaba, quando a rotina das prisões incluía também superlotação, rebeliões e mortes. A dramática história dos presídios e cadeias do Estado nos anos 80 e 90 só começou a ser reescrita ao longo da década passada, com investimentos maciços na construção de presídios mais modernos, com capacidade para abrigar a população carcerária de forma organizada, e o fim das detenções em delegacias.

> Que fim levou o preso que fugiu e deixou bilhete para colegas?

O Complexo de Xuri foi símbolo desse avanço. Em 2010, o espaço começou a receber presos, divididos em seis unidades, para provisórios e condenados. Nesse processo de adequação e ampliação do sistema prisional no Estado, atingiu-se uma estrutura eficiente, com controle de entrada e saída de presos e respeito à separação nos termos da Lei de Execução Penal. Mas a população carcerária continuou crescendo, e a superlotação voltou a ser a realidade. Hoje, Xuri já se encontra muito defasado.

Em janeiro passado, o governo estadual anunciou a criação de uma força-tarefa para propor soluções para o problema. Os dados então divulgados eram alarmantes, com o número de detentos no Estado superando em 9 mil o de vagas nas prisões. Uma bomba-relógio a ser desarmada, como alertou o próprio governador Renato Casagrande à época, principalmente pelos novos desafios que se impõem, como o domínio dos presídios por facções criminosas de atuação nacional. A tecnologia, hoje, permite que presos comandem ações criminosas com agilidade mesmo distantes das ruas, algo inviável 20 anos atrás.

> Espírito Santo é o que mais encarcera no Brasil, diz Casagrande

É preciso compreender que a superlotação não é uma afronta aos direitos humanos somente por colocar o preso em condições degradantes: ela afeta a segurança de toda a população. Nos números divulgados em janeiro, das 37 unidades prisionais do

Estado, seis tinham que sustentar mais do que o dobro da capacidade de presos. A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) deu poucas informações sobre a fuga, mas não é mera coincidência que tenha ocorrido em um dos presídios que mais sofre com a superlotação. Penitenciária com excesso de presidiários é sinônimo de ausência de regras e autoridade. Uma panela de pressão prestes a explodir. A sociedade, tão interessada na redução da criminalidade e no fim da impunidade, não pode fechar os olhos para essa lógica.

É uma questão de organização, a superlotação deixa os presídios vulneráveis à dominação dos próprios presos. As fugas acabam evidenciando também possíveis fragilidades do presídio, tanto no que diz respeito aos recursos humanos quanto à própria estrutura física. É o momento de aprimorar a gestão prisional, para que o sistema não recue ao caos e à barbárie de tempos nem tão distantes. Um passado tenebroso do qual se deve fugir.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/editorial/2019/04/superlotacao-deixa-xuri-vulneravel-ao-dominio-dos-presos-1014178411.html>

Dono de clube de tiro é réu por homicídio

Cabo da Polícia Militar que comprou armas de coronel preso responde a processo na Justiça

▲ VINÍCIUS VALFRE
vpereira@redgazeta.com.br

O cabo da Polícia Militar e sócio da empresa Guerreiros, Marcos Antônio Loureiro de Souza, investigado por receber 166 armas desviadas de um setor de fiscalização do Exército do Rio, é réu por homicídio. O processo, de 2014, foi movido pela Corregedoria da PM e também tem como alvo um soldado e um subtenente da polícia capixaba.

Não há qualquer evidência de relação entre este processo criminal, iniciado há quase cinco anos, e a negociação do armamento, realizada entre 2017 e 2018, sob investigação do Exército.

Apenas três dias antes de o Exército realizar uma ação na unidade da Guerreiros em Vila Velha, Marcos esteve diante de uma juíza para a audiência de instrução desse processo. No entanto, as oitivas não ocorreram porque algumas testemunhas não foram intimadas ou não puderam comparecer.

O cabo está de licença médica. Como o Gazeta On-

line antecipou na sexta-feira (26), ele acumula mais de 800 dias de afastamento, desde fevereiro de 2017.

A ação penal é resultado de um inquérito policial militar, elaborado no âmbito da Corregedoria. O caso tramitava na Vara de Auditoria Militar de Vitória. Mas, por decisão do juiz Getúlio Neves, de março de 2016, foi remetido para a 3ª Vara Criminal da Serra, a Vara da comarca específica para o tribunal do júri.

Os três policiais tomaram-se réus em novembro de 2016, quando a juíza Da-

niela Pellegrino de Freitas Nemer recebeu a denúncia contra eles oferecida pelo Ministério Público Estadual (MPES). Não há informações públicas sobre características ou circunstâncias do crime atribuído aos três policiais, apenas que trata-se de homicídio.

Os três policiais militares são representados na ação penal pelo advogado Claudius André Mendonça Caballero. Ele preferiu não fazer comentários sobre o processo.

A reportagem também tentou contato com Marcos Loureiro, mas o telefone dele está desligado. O irmão do policial, outro sócio de uma das empresas da família, não atendeu as chamadas.

Procurada pela reportagem, a PM informou que sua Corregedoria não tinha expediente neste sábado (27), portanto não seria possível checar as informações sobre o processo solicitadas.

Ao jornal O Globo, o cabo Marcos falou como dono do clube de tiros Guerreiros, que têm unidades em Serra e Vila Velha. Ele se disse enganado pelo tenente-coronel Alexandre de Almeida porque as armas negociadas teriam sido apresentadas como de um colecionador.

**166
ARMAS**

Foram desviadas de um setor de fiscalização do Exército para o clube de tiro no Espírito Santo, segundo a investigação

**830
DIAS**

É o tempo total de afastamento que o cabo acumula da corporação desde fevereiro de 2017

ENTENDA O CASO

DESVIO DE ARMAS

O tenente-coronel Alexandre de Almeida, foi preso na última terça-feira por envolvimento em um esquema de desvio de armas de dentro de um setor de fiscalização do Exército para clube de tiro no Espírito Santo.

CONTATO

Segundo informações do inquérito policial-militar, as armas desviadas pelo tenente-coronel eram repassadas ao cabo da PM Marcos Antônio Loureiro de Souza, um dos donos da Guerreiros Escola de Tiro e Comércio de Armas. E era o próprio irmão do tenente-coronel, Rafael

Felipe de Almeida, quem intermediava o repasse.

ORIGEM DAS ARMAS

De acordo com Leonardo Loureiro Souza, sócio e irmão de Marcos Antônio, o tenente-coronel Alexandre afirmou que as armas eram de um colecionador. Leonardo disse que a família mostrou interesse na compra por ser apaixonada por armas.

PAGAMENTO

"Pagávamos, todo mês, uns R\$ 7 mil. A gente já pagou uns R\$ 21 mil. Criamos um museu com as armas na loja de Vila Velha, onde estavam expostas

sem esconder nada de ninguém", disse Leonardo.

BUSCA E APREENSÃO

No último dia 18, o Exército realizou uma ação na unidade da Guerreiros, em Vila Velha. Foram apreendidas cinco armas pertencentes ao patrimônio do Exército, três delas atribuídas ao tenente-coronel Almeida e duas a Rafael.

INVESTIGAÇÃO

Segundo Leonardo, o Exército fez vistorias na loja de Vila Velha, questionaram sobre a coleção e disseram que o colecionador não existia, que o Alexandre inventou.

Dono de loja que comprou armas desviadas do Exército é réu por homicídio

GUERREIROS, LOJA, ARMAS, EXÉRCITO, NA SERRA, POLICIAL MILITAR, POLÍCIA MILITAR, RÉU, JUSTIÇA, ESPÍRITO SANTO, ARMAMENTO, ILEGALIDADE

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/04/27/TVGAZETAAFGL>

OBOES-19.25.06-19.25.39-1556404930.mp4

A ESTRUTURA DA JUSTIÇA

Como os processos criminais são julgados na Justiça Eleitoral e na Justiça Federal

JUSTIÇA ELEITORAL



ESTRUTURA

50 juizes eleitorais, com dois assessores diretos cada atuam nos cartórios eleitorais



50 promotores eleitorais atuam na própria promotoria

O que julga?

Processos eleitorais, de caráter administrativo

questões envolvendo a organização e a realização de eleições

Ex: Registro de candidatura, prestação de contas, registro de partidos políticos, pedidos de desfiliação

Fonte: Portal Água-Viva/TRE-ES; Assessoria Justiça Federal do Espírito Santo

Processos criminais eleitorais

sobre atos ilícitos e crimes cometidos durante as eleições

Ex: Falsidade ideológica eleitoral, boca de urna, compra de votos, inscrição fraudulenta de eleitor

Em tramitação na Justiça Eleitoral do Espírito Santo

1.932 processos nas Zonas Eleitorais (1ª instância)

• destes, **97** são ações penais

115 processos no Tribunal Regional Eleitoral (2ª instância)

• destes, **3** são ações penais

JUSTIÇA FEDERAL (Esfera criminal)



ESTRUTURA

Varas com competência criminal exclusiva

2 Varas em Vitória

1 Vara em Cachoeiro de Itapemirim



3 Varas mistas, que julgam crimes e processos cíveis

• São Mateus

• Linhares

• Colatina



Cada Vara possui:

1 juiz titular

1 juiz substituto

2 assessores diretos para cada juiz

• Procuradores do Ministério Público Federal (MPF) atuam nos processos

O que julga?

Crimes políticos, crimes praticados contra bens, serviços e interesses de entes federais, crimes contra a fé pública, crimes de contrabando e descaminho, tráfico internacional de entorpecentes, terrorismo, crimes ambientais e outros

Em tramitação

Não há em tramitação nenhuma ação relativa a crimes de competência da Justiça Federal (acima) conexos com crimes eleitorais

Infografia | Genildo Ronchi

| JUSTIÇA ELEITORAL |

FALTA ESTRUTURA NO ES PARA JULGAR CRIMES COMUNS

Juizes e promotores querem mais suporte para grandes investigações

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Com a nova tarefa de julgar também crimes comuns, como corrupção e lavagem de dinheiro, quando ligados à prática de caixa dois, juizes e promotores estaduais que atuam na Justiça Eleitoral defendem a necessidade de repensar a estrutura dos órgãos jurisdicionais para dar um bom suporte também aos casos criminais.

A Justiça Eleitoral, que é acostumada a lidar com delitos como boca de urna e compra de votos, passará a julgar, a partir de agora, processos que podem ter a complexidade e a envergadura da Operação Lava Jato. A alteração da competência dessas ações judiciais foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 14 de março.

Enquanto em algumas cidades, como em Curitiba e no Rio de Janeiro, há procuradores e juizes em dedicação exclusiva a processos da Operação Lava Jato – boa parte deles pelo crime de caixa dois conexo ao de corrupção –, no Espírito Santo não há nenhum processo em curso nessa situação, e

que migraria da Justiça Federal para a Eleitoral.

No Estado, a Justiça Eleitoral é mais capilarizada: são 50 juizes e 50 promotores atuando nos cartórios eleitorais. Como acumulam o trabalho nas Varas e nas Promotorias em que estão lotados, eles têm que dividir o tempo, durante a semana, entre os despachos, processos e audiências dos dois locais. Pela função extra, recebem um adicional de R\$ 5.390,26.

Já a Justiça Federal conta com três Varas com competência criminal, sendo duas em Vitória e uma em Cachoeiro de Itapemirim, e quem atua nos processos são procuradores do Ministério Público Federal (MPF).

Tanto na Eleitoral quanto na Federal, cada juiz possui dois assessores diretos para os processos eleitorais. Já os representantes do Ministério Público não dispõem de equipes extras de apoio para a função eleitoral.

Por esta razão, associações de classe que representam os juizes estaduais e os promotores de Justiça consideram necessária uma reestruturação desse

“Juizes estaduais estão muito acostumados e aptos a julgar crimes. Mas eles precisam de uma boa organização para atuar em suas varas e nos cartórios eleitorais”

DANIEL PEÇANHA
PRESIDENTE DA AMAGES

ramo do Judiciário, e que Ministério Público e Polícia Federal também recebam investimentos para absorver a nova atribuição.

“Há uma preocupação em relação aos aspectos práticos dessa decisão do STF. A Justiça Eleitoral é habituada com crimes de compra de votos, propaganda irregular, que geralmente são flagrantes. Crimes como corrupção ou lavagem de dinheiro nas eleições são mais complexos para a investigação e o processamento. Nossos profissionais são preparados,

mas vão precisar de um melhor aparato para desenvolver o trabalho”, afirmou o presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público (AESMP), Pedro Ivo de Sousa.

Ele também lembra que juizes e promotores eleitorais são nomeados para ficar na função por dois anos, e esta rotatividade poderia prejudicar o processamento de casos mais complexos. A Lava Jato, por exemplo, já completou cinco anos e é conduzida pelas mesmas equipes.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha, acredita que não deve haver prejuízos na seara judicial, já que os magistrados estaduais estão acostumados às causas criminais. No entanto, ressalta que há diferença no trabalho desempenhado na Justiça Eleitoral que, por sua natureza, tem processos que demandam resolução célere, como pedidos de cassação de mandato.

A logística necessária para administrar as Varas de origem e o cartório eleitoral é uma preocupação.

“Teremos que usar o aparato de investigação e de servidores do Ministério Público Estadual para atuar nas causas eleitorais. Será necessário melhorar a estrutura”

PEDRO IVO DE SOUSA
PRESIDENTE DA AESMP

“Geralmente o juiz tem que executar as funções eleitorais em horários alternativos, ter uma boa organização para gerenciar a pauta de audiências, pois não pode deixar sua Vara prejudicada. Em época de eleições, o volume de trabalho é muito maior, o que pode comprometer o andamento de uma eventual investigação de grande porte”, disse.

ASPECTOS

Embora elogie a atuação da Justiça Eleitoral, o professor da USP e ex-juiz eleitoral em São Paulo, Paulo

Henrique Lucon também prevê dificuldades.

Um fator é a própria composição da Justiça Eleitoral, que não tem membros fixos, mas magistrados “emprestados” de outros tribunais e advogados – que não são magistrados de carreira – integrando os Tribunais Regionais Eleitorais.

Ele lembra que além das dificuldades com o caixa dois, há o problema do “caixa um”, que é o financiamento declarado pelo partido e pelo candidato, mas que é oriundo de verbas de corrupção ou ilícitas. “Como a fiscalização raramente vai a campo, não há um contraponto àquilo que é declarado na prestação de contas pelo partido, e quase todos têm as contas aprovadas”, pontuou.

No mês passado, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Rosa Weber, definiu a criação de grupo de trabalho para viabilizar julgamentos de crimes comuns com conexão eleitoral. A intenção é apontar soluções para a implementação do entendimento do STF.

| JUSTIÇA ELEITORAL |

Em cinco anos, 11 condenações por crimes eleitorais no tribunal

Somente em um dos processos a acusação foi por caixa dois conexo a um crime comum

NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Em cinco anos, a Justiça Eleitoral do Espírito Santo realizou 11 condenações por crimes eleitorais confirmados em segunda instância, ou seja, pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Entre os casos, três deles foram pelo crime de "falsidade ideológica eleitoral", popularmente conhecido como caixa dois.

Em apenas um dos processos, cujo réu era o prefeito afastado de Itapemirim, Luciano Paiva (Pros), a acusação foi pelo crime eleitoral de caixa dois conexo a um crime comum – no caso, de apropriação indébita –, e que seria impactado pela decisão recente do Supremo Tribu-



Tribunal Regional Eleitoral: três condenações confirmadas foram de caixa dois

nal Federal (STF).

Além disso, houve ainda a condenação do ex-deputado estadual Almir Vieira (PRP), em 2017, que culminou inclusive com a cassação do mandato dele. No entanto, ele foi enquadrado na conduta de "captação ilícita de re-

curso para fins eleitorais", cuja punição máxima é a perda do cargo.

Já a "falsidade ideológica eleitoral" ou caixa dois, por ser crime, tem como pena até cinco anos de reclusão e multa. O delito, assim como todos os crimes eleitorais, são considera-

dos como de menor potencial ofensivo, portanto, dificilmente alguém é preso. As penas quase sempre são substituídas por penas "restritivas de direitos", como prestação de serviço comunitário, multa e limitações de final de semana, por exemplo.

DESTAQUES

Os crimes eleitorais têm incidência restrita, porque, em geral, estão relacionados às eleições, ou seja, ocorrem basicamente a cada dois anos.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre os principais crimes eleitorais cometidos nas últimas duas eleições está a "corrupção eleitoral", que é diferente do crime de corrupção do Código Penal. O delito eleitoral consiste em dar, oferecer, solicitar ou receber dinheiro para conseguir votos.

Também estão entre os mais praticados o crime de boca de urna, o de propaganda política no dia da eleição, o de fornecimento de transporte irregular de eleitores durante a eleição, o de inscrição fraudulenta de eleitores, e o uso de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar.

AS CONDENAÇÕES POR CRIME ELEITORAL

- 2014** • Uso de documento falsificado ou alterado
- 2015** • 2 casos de falsidade ideológica eleitoral
- 2016** • Inscrição fraudulenta
• Corrupção eleitoral
- 2017** • Corrupção eleitoral
- 2018** • 3 casos de boca de urna
• 1 caso de corrupção eleitoral
• 1 caso de falsidade ideológica eleitoral e apropriação indébita
- 2019** • Não houve

Fonte: TRE-ES | Infografia | Genildo